



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ DE MELLO
ESTADO DO PARANÁ

FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Munhoz de Mello, 12 de maio de 2026.

Prezada Senhora,

Em razão da necessidade deste órgão da aquisição de **01 (um) kit, com 30 unidades de CHROMEBOOK e 30 unidades de HEADSET**, em Atendimento às escolas da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o Plano Paraná Mais Cidades IV, instituído pelo Decreto n.º 9.543/2025, parte integrante do Plano de Governo Estadual, que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento e o aviamento das municipalidades do Paraná.

O principal objetivo é fortalecer o regime de colaboração na educação entre Estado e Municípios, por meio de iniciativas que contribuam para a melhoria da qualidade da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Além de fortalecer a cooperação entre Estado e Municípios, o Programa Paraná Mais Cidades IV atua como um instrumento estratégico para elevar a qualidade da educação pública no Paraná. A iniciativa impulsiona as escolas rumo à excelência na aprendizagem, criando ambientes educacionais mais atrativos e estimulando o engajamento dos estudantes. Outro aspecto relevante é a valorização dos docentes, por meio da disponibilização de recursos didáticos inovadores, que facilitam o processo de ensino-aprendizagem e contribuem para o desenvolvimento profissional contínuo dos professores. O Paraná Mais Cidades IV também representa uma conquista para a educação estadual, promovendo inclusão digital, redução de desigualdades e consolidação de um ensino de alta qualidade, alinhado às demandas contemporâneas e ao compromisso do Governo do Estado com uma educação mais justa, moderna e transformadora.

Valor máximo total estimado da licitação: **R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais).**

ITEM	QUANT.	UND.	MODELO/ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA (Configuração mínima)	MARCA	VALOR MÁXIMO UNIT. R\$	VALOR MÁXIMO TOTAL R\$
01	01	KIT COM 30 UNIDADES	01 (UM) KIT COM 30 UNIDADES DE CHROMEBOOK: NOTEBOOK, TELA 14 POLEGADAS, COM SISTEMA OPERACIONAL CHROME OS (CHROMEBOOK), 4 GB MEMÓRIA RAM, ARMAZENAMENTO SSD 64 GB E 30 UNIDADES DE HEADSET: FONE DE OUVIDO COM ALMOFADA AURICULAR E MICROFONE AJUSTÁVEL		65.000,00	65.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ DE MELLO
ESTADO DO PARANÁ

			EMBUTIDO PARA UTILIZAÇÃO NOS CHROMEBOOKS EM ATIVIDADES PEDAGÓGICAS.			
--	--	--	---	--	--	--

Atenciosamente,

Silvana Ribeiro Soares Buri
Secretária Municipal de Educação

Ilma. Sra.
Rosemari Ríppel
Diretora do Departamento de Licitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ DE MELLO
ESTADO DO PARANÁ

DESPACHO INICIAL

Foi recebida a **formalização de demanda** contendo as explanações iniciais acerca de contratação necessária para esta entidade.

Nesse ponto, embora haja menção ao denominado “plano de contratações anual” no art. 12, *caput*, VII da Lei Federal nº 14.133, de 2021, é importante salientar que esta entidade ainda não promoveu a elaboração desse plano.

De qualquer modo, embora o plano não tenha sido elaborado, seu fundamento é o de promover o planejamento articulado das contratações, racionalizando-as em si mesmas e diante do planejamento orçamentário, situação essa que se faz perfeitamente presente no caso em apreço, posto que os equipamentos a serem adquiridos já são de pleno conhecimento desta administração, estando devidamente previstos no planejamento da instituição.

Além disso, é importante ressaltar que o art. 18, *caput* da Lei Federal nº 14.133, de 2021, admite a possibilidade de que o plano de contratações anual possa ainda não ter sido elaborado, de modo que a vedação ao processamento da licitação ocorrerá apenas se o plano tiver sido elaborado e se a contratação pretendida não estiver contemplada nesse plano.

De fato, o dispositivo acima referido dispõe que a fase preparatória **do processo licitatório** é caracterizada pelo planejamento e **deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado**, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

De qualquer modo, balizando a estrutura deste processo no esquema previsto no art. 18, *caput*, da lei federal mencionada, tem-se que é interessante e oportuno observar a seguinte sequência:

- 1) elaboração de estudo técnico preliminar (art. 18, *caput*, I);
- 2) termo de referência (art. 18, *caput*, II), sem a necessidade de utilização de anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, haja vista que o próprio dispositivo legal em questão alude à expressão “conforme o caso” no que tange à utilização desses instrumentos, definindo-se, nesse termo, as condições de execução e de pagamento;
- 3) orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para a formação (art. 18, *caput*, IV).

Ante todo o exposto, será elaborado, neste processo, a seguir, o estudo técnico preliminar.

Munhoz de Mello/PR, 12 de maio de 2026.

Rosemari Ríppel
Departamento de Licitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ DE MELLO
ESTADO DO PARANÁ

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
(art. 6º, XX da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

1 INTRODUÇÃO

Conforme o art. 6º, XX da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o estudo técnico preliminar é o “documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação”.

Salienta-se que conforme o art. 18, *caput*, II da mesma lei federal, não há necessidade de elaboração de anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, haja vista que o próprio dispositivo legal em questão alude à expressão “conforme o caso” no que tange à utilização desses instrumentos.

No caso em apreço, tem-se o seguinte:

1) interesse público envolvido na contratação: é o devidamente invocado na **formalização da demanda**, abaixo transcrito:

Aquisição de 01 (um) kit, com 30 unidades de CHROMEBOOK e 30 unidades de HEADSET, em Atendimento às escolas da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o Plano Paraná Mais Cidades IV, instituído pelo Decreto n.º 9.543/2025, parte integrante do Plano de Governo Estadual, que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento e o aviamento das municipalidades do Paraná.

O principal objetivo é fortalecer o regime de colaboração na educação entre Estado e Municípios, por meio de iniciativas que contribuam para a melhoria da qualidade da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Além de fortalecer a cooperação entre Estado e Municípios, o Programa Paraná Mais Cidades IV atua como um instrumento estratégico para elevar a qualidade da educação pública no Paraná. A iniciativa impulsiona as escolas rumo à excelência na aprendizagem, criando ambientes educacionais mais atrativos e estimulando o engajamento dos estudantes. Outro aspecto relevante é a valorização dos docentes, por meio da disponibilização de recursos didáticos inovadores, que facilitam o processo de ensino-aprendizagem e contribuem para o desenvolvimento profissional contínuo dos professores. O Paraná Mais Cidades IV também representa uma conquista para a educação estadual, promovendo inclusão digital, redução de desigualdades e consolidação de um ensino de alta qualidade, alinhado às demandas contemporâneas e ao compromisso do Governo do Estado com uma educação mais justa, moderna e transformadora.

2) melhor solução para o interesse público envolvido na contratação:

Meta I - Atendimento às escolas da Rede Municipal:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ DE MELLO
ESTADO DO PARANÁ

Com a aquisição de 01 (um) kit, com 30 unidades de Chromebook e 30 unidades de Headset (Chromebook com especificação mínima: Notebook, Tela 11,6 polegadas, com sistema operacional Chrome OS (Chromebook), 4 GB Memória RAM, Armazenamento SSD 32 GB e Headset: Fone de ouvido com almofada auricular e microfone ajustável embutido para utilização nos Chromebooks em atividades pedagógicas), pelo Município, espera-se proporcionar um ambiente favorável, que venha a contribuir no processo de aprendizagem dos estudantes, promovendo acesso à novas tecnologias no ensino aprendizagem bem como plataformas educacionais visando a melhoria da qualidade da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Meta II - Cumprimento do Objeto:

Através da gestão do convênio, utilizando procedimentos previstos no instrumento, avaliar o cumprimento do objeto pelo gestor e fiscal indicados pela Concedente.

Em seguida, serão esmiuçados outros aspectos previstos no art. 18, §§1º e 2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021 os quais contemplam o conteúdo mínimo do estudo técnico preliminar.

2 ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

Essa exigência decorre do art. 18, §1º, IV c/c o §2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Analizando a necessidade de **aquisição de 01 (um) kit, com 30 unidades de CHROMEBOOK e 30 unidades de HEADSET, em Atendimento às escolas da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o Plano Paraná Mais Cidades IV, instituído pelo Decreto n.º 9.543/2025, parte integrante do Plano de Governo Estado.**

ITEM	QUANT.	UND.	MODELO/ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA (Configuração mínima)
01	01	KIT COM 30 UNIDADES	01 (UM) KIT COM 30 UNIDADES DE CHROMEBOOK: NOTEBOOK, TELA 14 POLEGADAS, COM SISTEMA OPERACIONAL CHROME OS (CHROMEBOOK), 4 GB MEMÓRIA RAM, ARMAZENAMENTO SSD 64 GB E 30 UNIDADES DE HEADSET: FONE DE OUVIDO COM ALMOFADA AURICULAR E MICROFONE AJUSTÁVEL EMBUTIDO PARA UTILIZAÇÃO NOS CHROMEBOOKS EM ATIVIDADES PEDAGÓGICAS.

3 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Essa exigência decorre do art. 18, §1º, VI c/c o §2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Tal estimativa constará em documento a ser produzido no âmbito deste processo, o qual complementarará este estudo técnico preliminar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ DE MELLO
ESTADO DO PARANÁ

4 JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Essa exigência decorre do art. 18, §1º, VIII c/c o §2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

O fornecimento do objeto se dará da seguinte forma:

- a) ***O objeto desta licitação, deverá ser entregue no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos após a solicitação feita pela administração.***
- b) ***A empresa vencedora, deverá atender a solicitação emitida pela Administração, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do momento do recebimento SF (Solicitação de Fornecimento), confirmação por email ou contato telefônico, seguindo rigorosamente as quantidades solicitadas.***

5 POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

Essa exigência decorre do art. 18, §1º, XIII c/c o §2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Com base em todos os argumentos já trazidos neste estudo técnico preliminar, conclui-se que a necessidade da entidade, **na aquisição de 01 (um) kit, com 30 unidades de CHROMEBOOK e 30 unidades de HEADSET, em Atendimento às escolas da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o Plano Paraná Mais Cidades IV, instituído pelo Decreto n.º 9.543/2025, parte integrante do Plano de Governo Estado.**

Quanto ao critério de julgamento de escolha da futura contratada, este será o de “**menor preço**” **por ITEM**, desde que cumpridos os requisitos de habilitação, nos termos do art. 33, I da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Ficam definidos como requisito de habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, os seguintes:

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, com o menor preços, será verificado eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) ***Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União*** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>). *A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles*



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ DE MELLO
ESTADO DO PARANÁ

exigidos no Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

b) Para fins de **habilitação jurídica**, se faz necessária prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido no ano em curso. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores, ou Registro Comercial no caso de empresa individual; Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir; Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício; No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores; No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165); Todos os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva; **Declaração da empresa de que não foi declarada inidônea para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal;**

c) Para fins de **comprovação de regularidade fiscal e trabalhista**, necessária prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso; Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional; Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ DE MELLO
ESTADO DO PARANÁ

negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei; Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação; e A licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015;

Fica definido, que pagamento será feito após a entrega dos equipamentos, desde que devidamente aceitos e com a apresentação da competente documentação fiscal, salienta-se que a documentação fiscal só será emitida pela empresa vencedora após a aceitação definitiva do objeto por parte do órgão licitante.

A entrega e fiscalização do objeto ficará a cargo dos responsáveis nomeados pela Portaria nº 3.037/2025, que instituiu a Comissão de Recebimento de Bens de cada Secretaria Municipal.

Munhoz de Mello/PR, 12 de maio de 2026.

Silvana Ribeiro Soares Buri
Secretária Municipal de Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ DE MELLO
ESTADO DO PARANÁ

DESPACHO

Considerando a elaboração do estudo técnico preliminar, considerando que no âmbito desse estudo é necessária a estimativa do valor da contratação, nos termos do art. 18, §1º, VI c/c o §2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e considerando que essa estimativa deverá constar, inclusive, no termo de referência (art. 6º, XXIII, “i” da Lei Federal nº 14.133, de 2021), serão devidamente levantados os custos da contratação a ser realizada pela entidade.

Munhoz de Mello/PR, 12 de maio de 2026.

Leandro Augusto do Prado
Agente de contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ DE MELLO
ESTADO DO PARANÁ

CONSULTA PARA FINS DE ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Diante da necessidade de que seja feita a estimativa do valor da contratação no âmbito deste processo, será desenvolvida, preliminarmente, consulta junto a possíveis fornecedores do objeto.

Salienta-se que o critério de escolha para a consulta junto aos potenciais fornecedores será o seguinte:

Serão levadas em consideração algumas características básicas de potenciais fornecedores, dentre elas, histórico das empresas, reputação frente aos consumidores, qualidade no fornecimento do objeto, e eventuais contratações públicas que tenham firmado nos últimos 12 meses.

Munhoz de Mello/PR, 12 de maio de 2026.

Leandro Augusto do Prado
Agente de contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ DE MELLO
ESTADO DO PARANÁ

CERTIDÃO DE ESTIMATIVA DE DESPESA

Considerando a necessidade de contratação do objeto abaixo referido, e considerando o disposto no art. 23, §1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, **CERTIFICO** que o valor estimado foi definido conforme os critérios abaixo referidos, com base no melhor preço:

OBJETO	Aquisição de 01 (um) kit, com 30 unidades de CHROMEBOOK e 30 unidades de HEADSET, em Atendimento às escolas da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o Plano Paraná Mais Cidades IV, instituído pelo Decreto n.º 9.543/2025, parte integrante do Plano de Governo Estado.
---------------	--

VALOR ESTIMADO CONFORME O ART. 23, §§1º E 3º DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021.

FONTE DE PESQUISA	PREÇO ENCONTRADO (EM REAIS)
1- Portal "Nota Paraná"	NÃO DISPONÍVEL, EM RAZÃO DA ESPECIFICIDADE DO FORNECIMENTO.
2 - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).	MUNICÍPIO DE ARAPUA/PR PREGÃO ELETRÔNICO VALOR DO KIT: R\$ 69.492,00 MUNICÍPIO DE LUPIANÓPOLIS/PR PREGÃO ELETRÔNICO VALOR DO KIT: R\$ 59.785,20 MUNICÍPIO DE CORBELIA/PR PREGÃO ELETRÔNICO VALOR DO KIT APENAS NOTEBOOK: R\$ 60.716,10 MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO/PR PREGÃO ELETRÔNICO VALOR DO KIT COM 60 UND: R\$ 134.734,80 CONFORME PESQUISAS ANEXAS AO PROCESSO.
3 - Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data desta pesquisa, inclusive mediante sistema	NÃO DISPONÍVEL, EM RAZÃO DA ESPECIFICIDADE DO FORNECIMENTO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ DE MELLO
ESTADO DO PARANÁ

de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente.	
4 - Publicações Especializadas (pesquisa em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso	NÃO DISPONÍVEL, EM RAZÃO DA ESPECIFICIDADE DO FORNECIMENTO.
5 - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência	NÃO DISPONÍVEL, EM RAZÃO DA ESPECIFICIDADE DO FORNECIMENTO.
6 - Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.	NÃO DISPONÍVEL, EM RAZÃO DO VETO PRESIDENCIAL AO §5º DO ART. 174 DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021.
PREÇO MÉDIO ENCONTRADO	FOI UTILIZADO COMO VALOR MÁXIMO DO EDITAL O PREÇO APROVADO NO PLANO DE TRABALHO INTEGRANTE AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 202512177, ESTANDO O MESMO COMPATÍVEL COM OS PREÇOS MÉDIOS ENCONTRADOS ENTRE AS PESQUISAS REALIZADAS NO PNCP VALOR DO KIT: R\$ 65.000,00

Era o que cumpria certificar.

Encaminhe-se ao Setor de Contabilidade para indicação de dotação orçamentária para fazer frente à contratação.

Munhoz de Mello/PR, 12 de maio de 2026.

Silvana Ribeiro Soares Buri
Secretária Municipal de Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ DE MELLO
ESTADO DO PARANÁ

Munhoz de Mello/PR, 12 de maio de 2026.

Prezados Senhores,

Em atenção à solicitação de indicação de dotação orçamentária para **aquisição de 01 (um) kit, com 30 unidades de CHROMEBOOK e 30 unidades de HEADSET, em Atendimento às escolas da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o Plano Paraná Mais Cidades IV, instituído pelo Decreto n.º 9.543/2025, parte integrante do Plano de Governo Estado**, informamos a existência de recursos orçamentários, que correrão a conta das dotações orçamentarias:

Dotação Utilizada

07.01.12.361.0023.1072.449052 – Equipamento e Material Permanente.

Encaminhe-se ao solicitante.

Atenciosamente,

Leonor Ap^a Françoso Barbieri
CO-CRCPR – 034476/0-5



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ DE MELLO
ESTADO DO PARANÁ

DESPACHO

Considerando a elaboração do estudo técnico preliminar, considerando a obtenção da estimativa do valor da contratação, considerando a previsão de recursos orçamentários para fazer frente ao compromisso a ser assumido, e considerando a necessidade de elaboração do termo de referência (art. 6º, XXIII, “i” da Lei Federal nº 14.133, de 2021), será formalizado, em seguida, o termo referido.

Munhoz de Mello/PR, 12 de maio de 2026.

Leandro Augusto do Prado
Agente de contratação

TERMO DE REFERÊNCIA

Rua Domingos Ricardo de Lima 174, CEP 86760-000
Telefone (44) 3258-1196 – Cel.44 99926-0030
CNPJ: 75.352.062/0001-61- www.munhozdemello.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ DE MELLO
ESTADO DO PARANÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 26/2026
PROCESSO Nº 74/2026

1. INTRODUÇÃO

De forma objetiva, o termo de referência é o documento elaborado a partir de estudos técnicos preliminares e deve conter o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados ou os bens a serem fornecidos, capazes de permitir à Administração a adequada avaliação dos custos com a contratação e orientar a correta execução, gestão e fiscalização do contrato.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO

Essa exigência decorre do art. 6º, XXIII, “a” da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Conforme já descritos nos autos, segue a seguinte definição:

OBJETO	Aquisição de 01 (um) kit, com 30 unidades de CHROMEBOOK e 30 unidades de HEADSET, em Atendimento às escolas da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o Plano Paraná Mais Cidades IV, instituído pelo Decreto n.º 9.543/2025, parte integrante do Plano de Governo Estado.
---------------	--

Valor máximo total estimado da licitação: **R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais).**

ITEM	QUANT.	UND.	MODELO/ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA (Configuração mínima)	MARCA	VALOR MÁXIMO UNIT. R\$	VALOR MÁXIMO TOTAL R\$
01	01	KIT COM 30 UNIDADES	01 (UM) KIT COM 30 UNIDADES DE CHROMEBOOK: NOTEBOOK, TELA 14 POLEGADAS, COM SISTEMA OPERACIONAL CHROME OS (CHROMEBOOK), 4 GB MEMÓRIA RAM, ARMAZENAMENTO SSD 64 GB E 30 UNIDADES DE HEADSET: FONE DE OUVIDO COM ALMOFADA AURICULAR E MICROFONE AJUSTÁVEL EMBUTIDO PARA UTILIZAÇÃO NOS CHROMEBOOKS EM ATIVIDADES PEDAGÓGICAS.		65.000,00	65.000,00

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Essa exigência decorre do art. 6º, XXIII, “b” da Lei Federal nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ DE MELLO

ESTADO DO PARANÁ

Conforme devidamente invocada na **formalização da demanda**, a fundamentação é a seguinte:

O principal objetivo é fortalecer o regime de colaboração na educação entre Estado e Municípios, por meio de iniciativas que contribuam para a melhoria da qualidade da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Além de fortalecer a cooperação entre Estado e Municípios, o Programa Paraná Mais Cidades IV atua como um instrumento estratégico para elevar a qualidade da educação pública no Paraná. A iniciativa impulsiona as escolas rumo à excelência na aprendizagem, criando ambientes educacionais mais atrativos e estimulando o engajamento dos estudantes. Outro aspecto relevante é a valorização dos docentes, por meio da disponibilização de recursos didáticos inovadores, que facilitam o processo de ensino-aprendizagem e contribuem para o desenvolvimento profissional contínuo dos professores. O Paraná Mais Cidades IV também representa uma conquista para a educação estadual, promovendo inclusão digital, redução de desigualdades e consolidação de um ensino de alta qualidade, alinhado às demandas contemporâneas e ao compromisso do Governo do Estado com uma educação mais justa, moderna e transformadora.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Essa exigência decorre do art. 6º, XXIII, “c” da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Meta I - Atendimento às escolas da Rede Municipal:

Com a aquisição de 01 (um) kit, com 30 unidades de Chromebook e 30 unidades de Headset (Chromebook com especificação mínima: Notebook, Tela 11,6 polegadas, com sistema operacional Chrome OS (Chromebook), 4 GB Memória RAM, Armazenamento SSD 32 GB e Headset: Fone de ouvido com almofada auricular e microfone ajustável embutido para utilização nos Chromebooks em atividades pedagógicas), pelo Município, espera-se proporcionar um ambiente favorável, que venha a contribuir no processo de aprendizagem dos estudantes, promovendo acesso à novas tecnologias no ensino aprendizagem bem como plataformas educacionais visando a melhoria da qualidade da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Meta II - Cumprimento do Objeto:

Através da gestão do convênio, utilizando procedimentos previstos no instrumento, avaliar o cumprimento do objeto pelo gestor e fiscal indicados pela Concedente.

Em seguida, serão esmiuçados outros aspectos previstos no art. 18, §§1º e 2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021 os quais contemplam o conteúdo mínimo do estudo técnico preliminar.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ DE MELLO
ESTADO DO PARANÁ

Essa exigência decorre do art. 6º, XXIII, “d” da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Com base na descrição dos equipamentos e no atendimento adequado às necessidades desta entidade, ficam fixados como requisitos de contratação, consubstanciados em requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, os seguintes:

Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, com o menor preço, será verificado eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União**

(<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>). A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

b) *Para fins de **habilitação jurídica**, se faz necessária prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido no ano em curso. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores, ou Registro Comercial no caso de empresa individual; Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir; Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício; No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores; No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ DE MELLO
ESTADO DO PARANÁ

17 a 19 e 165); Todos os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva; **Declaração da empresa de que não foi declarada inidônea para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal;**

c) Para fins de **comprovação de regularidade fiscal e trabalhista**, necessária prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso; Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional; Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre; Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei; Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação; e A licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015;

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE

Essa exigência decorre do art. 6º, XXIII, “f” da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

A entrega e fiscalização do objeto ficará a cargo dos responsáveis nomeados pela Portaria nº 3.037/2025, que instituiu a Comissão de Recebimento de Bens de cada Secretaria Municipal.

Caso algum desses aspectos não seja atendido, deverão ser tomadas as devidas providências por parte da fiscalização.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Essa exigência decorre do art. 6º, XXIII, “g” da Lei Federal nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ DE MELLO ESTADO DO PARANÁ

7.1 Os objetos deste edital serão dados como recebido conforme:

7.1.1 Provisoriamente, na apresentação dos equipamentos, acompanhado do romaneio de entrega, para efeito de verificação e assinatura do recebedor, devendo neste momento ser realizada conferência dos itens, se identificada a conformidade com o documento que o acompanha, o romaneio é assinado.

7.1.2 Definitivamente, após a verificação das especificações técnicas, da qualidade e da quantidade dos itens. Caso confirmada a conformidade com as especificações técnicas, a Nota Fiscal será atestada pela área responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução.

7.1.3 A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os fornecimentos executados em desacordo com o disposto neste Termo de Referência. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os fornecimentos foram realizados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a empresa fornecedora será notificada para que providencie, dentro do prazo a ser determinado, a correção necessária.

7.1.4 Em caso de produto entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo, pela Administração, para que a contratada faça a substituição. Este prazo iniciar-se-á a partir da data da notificação da contratada. A detentora da Ata ficará obrigada a substituir, às suas expensas, o item do objeto que for recusado.

7.2 Os objetos deste edital serão dados como recebido conforme:

7.2.1 Independentemente da aceitação, a empresa fornecedora deverá garantir a qualidade dos equipamentos fornecidos pelo prazo de garantia, obrigando-se a substituir no prazo determinado pela Administração, às suas expensas, aquele que apresentar falha ou defeito durante o recebimento e o período de cobertura da garantia.

Na **hipótese de substituição**, o contratado deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Secretaria Municipal de Administração, no **prazo máximo de até 72 horas**, mantidos o preço inicialmente contratado. Sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação.

O pagamento será feito após a entrega dos equipamentos, desde que devidamente aceitos e com a apresentação da competente documentação fiscal, salienta-se que a documentação fiscal só será emitida pela empresa vencedora após a aceitação definitiva do objeto por parte do órgão licitante.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Essa exigência decorre do art. 6º, XXIII, “h” da Lei Federal nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ DE MELLO ESTADO DO PARANÁ

Conforme já aduzido no estudo técnico preliminar, quanto ao critério de julgamento de escolha da futura contratada, este será o de “menor preço”, desde que cumpridos os requisitos de habilitação, nos termos do art. 33, I da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Essa exigência decorre do art. 6º, XXIII, “i” da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Conforme aduzido no documento denominado “certidão de estimativa de despesa”, o valor da contratação encontra-se devidamente nele.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Essa exigência decorre do art. 6º, XXIII, “j” da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Conforme consta nos autos, uma vez estimado o valor da contratação, o setor contábil informou regularmente a devida previsão orçamentária para fazer frente à contratação, estando esta adequada.

Verifica-se, assim, que a contratação onerará as seguintes dotações orçamentárias:

07.01.12.361.0023.1072.449052 – Equipamento e Material Permanente.

11. LOCAIS DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS OU DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E REGRAS PARA O RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

- a) *O objeto desta licitação, **deverá ser entregue** no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos após a solicitação feita pela administração.*
- b) *A empresa vencedora, deverá atender as solicitações emitidas pela Administração, no prazo máximo de até **30 (trinta) dias corridos**, contados do momento do recebimento SF (Solicitação de Fornecimento), confirmação por email ou contato telefônico, seguindo rigorosamente as quantidades solicitadas.*

Os prazos de que tratam este item poderão ser prorrogados uma vez, pelo período 72 horas, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

12. FORMAS, CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO, BEM COMO CRITÉRIO DE REAJUSTE, SE HOVER

O pagamento será feito após a entrega dos equipamentos, desde que devidamente aceitos e com a apresentação da competente documentação fiscal, salienta-se que a documentação fiscal só será emitida pela empresa vencedora após a aceitação definitiva do objeto por parte do órgão licitante.

Poderá haver o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilize a execução do



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ DE MELLO
ESTADO DO PARANÁ

contrato tal como pactuado. O reajuste ou pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerão de requerimento expresso dirigido pela contratada à Administração, comprovando que houve alteração nos preços contratados, a qual terá o prazo de até 15 (quinze) dias para decidir, salvo se houver, fundamentadamente, necessidade de esclarecimentos posteriores junto à contratada, quando então esse prazo poderá ser prorrogado por iguais períodos de 15 (quinze) dias; salienta-se que enquanto estiver em tramitação requerimento de restabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro, a contratada não poderá se opor ao fornecimento de bens durante o período da tramitação. Uma vez deferido o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, seus efeitos alcançarão os fornecimentos de bens realizados desde a data do protocolo do requerimento junto à Administração.

13. ENCAMINHAMENTO FINAL

Considerando a elaboração deste Termo de Referência, e tendo sido realizadas as consultas para a fixação da estimativa de preço, e ainda com previsão orçamentaria, encaminham-se para que seja feito a contratação por procedimento licitatório.

Munhoz de Mello/PR, 13 de maio de 2026.

Silvana Ribeiro Soares Buri
Secretária Municipal de Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ DE MELLO
ESTADO DO PARANÁ

DESPACHO

Considerando o contido nos autos, notadamente o que consta no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, e considerando que o objeto abaixo referido diz respeito à aquisição de bens e serviços comuns com a adoção do critério de “menor preço”, fica definido que a contratação será processada por procedimento licitatório, na modalidade de pregão, com execução indireta, como modo de disputa inicialmente fechado e depois aberto, com julgamento pelo “menor preço”.

Diante disso, considerando a minuta do edital em anexo, encaminhem-se todos os autos ao setor de assessoramento jurídico, para fins de emissão do respectivo parecer.

Após, retornem os autos.

Aquisição de 01 (um) kit, com 30 unidades de CHROMEBOOK e 30 unidades de HEADSET, em Atendimento às escolas da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o Plano Paraná Mais Cidades IV, instituído pelo Decreto n.º 9.543/2025, parte integrante do Plano de Governo Estado.

Atenciosamente,

Munhoz de Mello/PR, 13 de maio de 2026.

Leandro Augusto do Prado
Agente de Contratação

Ilma Sr(a).
Cecília Maria Meneguetti Vaccaro
Advogada



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ DE MELLO
ESTADO DO PARANÁ

DESPACHO

Considerando o contido nos autos, notadamente o parecer jurídico emitido, DETERMINO ao setor competente que sejam providenciadas as devidas formalidades para a publicação do edital de licitação respectivo.

Atenciosamente,

Munhoz de Mello/PR, 13 de maio de 2026.

Leandro Augusto do Prado
Agente de Contratação

Ilma Sr(a).
Rosemari Ríppel
Setor de Licitação